

INSTITUTO SUPERIOR DE CIÊNCIAS DO TRABALHO E DA EMPRESA

Departamento de Psicologia Social e das Organizações

**DO COMPORTAMENTO À MARCA:
A POSSIBILIDADE E LIMITES DA TRANSFERÊNCIA ESPONTÂNEA
DE TRAÇOS**

Marta Caetano

Tese submetida como requisito parcial para obtenção do grau de

Mestre em Psicologia Social e Organizacional

Orientadora:

Dra. Rita Jerónimo

Setembro, 2008

Agradecimentos

À família, por me ter proporcionado esta oportunidade, e amigos deixo um muito sincero obrigada, pelo apoio, companheirismo, carinho e paciência durante estes anos, sem o qual todo este percurso teria sido bastante mais difícil. Pela ajuda e motivação nos momentos menos bons, e pelos “bons momentos de pausa” em dias longos de trabalho.

Gostaria também de agradecer ao Professor Jean Pierre Vernet, por ter sido incansável na construção do pré teste em formato html, porque, de facto, sem a sua ajuda, não o teria conseguido fazer. Agradeço não só o tempo dispensado como também a total disponibilidade para me ajudar sempre que senti necessidade disso.

Gostaria também de agradecer ao professor Francisco Esteves, por me ter disponibilizado material dos seus estudos.

Deixo também o meu obrigado à Dra Ana Freire e à Dra Madalena Lupi, da Consumer Channel, empresa onde decorreu o meu estágio, pelo seu apoio e flexibilidade horária, que me permitiu conciliar o estágio com a elaboração da tese.

Por fim, e não menos importante, quero deixar os mais sinceros agradecimentos à minha orientadora Dra. Rita Jerónimo, pelo tempo dispensado e por toda a orientação e ajuda prestada. Agradeço também toda a perseverança e paciência ao longo de todo este processo, pelas sugestões ao estudo, por todo o apoio a nível de literatura e linhas orientadoras do estudo, pelas palavras de encorajamento ao longo do trabalho. Por todo o acompanhamento no processo de planeamento e elaboração da tese, e pela sua saudável e positiva exigência, deixo um grande e sincero “*Muito Obrigada*”. Foi, sem dúvida alguma, uma parte crucial no desenvolvimento da tese.

Palavras Chave:

Inferência Espontânea de Traços (STI), Transferência Espontânea de Traços (STT), Comunicação de marcas, Personalidade da Marca

American Psychological Association (PsycINFO Classification Categories and Codes):

2340 Cognitive Processes

2343 Learning and Memory

3900 Consumer Psychology

3940 Marketing & Advertising

RESUMO

O presente estudo explora os mecanismos cognitivos subjacentes à transferência espontânea de traços de personalidade, inferidos a partir de comportamentos, para um alvo que não o actor desse comportamento (Brown & Bassili, 2002). Nomeadamente, é averiguada a ocorrência de transferências espontâneas de traços para marcas, quando estas são apresentadas num contexto de comportamentos implicativos de traços. Propõe-se que, uma vez na presença de comportamentos implicativos de traço exibidos por um indivíduo, esses traços sejam transferidos e fiquem associados a uma marca que se encontre na presença desse comportamento. As expectativas induzidas pela marca poderão, no entanto, inibir essa transferência sempre que sejam inconsistentes com o traço implicado pelo comportamento; pelo contrário, quando essa expectativa é consistente com o traço implicado pelo comportamento, esse traço será transferido para a marca (ver também Wigboldus, Dijksterhuis, e van Knippenberg, 2003). O presente estudo oferece apoio a estas previsões ao demonstrar uma maior recordação dos traços implicados pelos comportamentos previamente emparelhados com a marca, comparativamente quer a novos, mas apenas quando esses traços são congruentes com a marca, e não quando eles são incongruentes. Os resultados demonstraram que, de facto, a transferência de traços de personalidade ocorre para as marcas. No entanto, quando esses traços são incongruentes com o logótipo dessa marca, o processo de transferência pode não ter lugar. Serão discutidas as implicações destes resultados, quer para a compreensão do processo de transferência espontânea de traços, nomeadamente quanto aos seus limites, quer para a construção da personalidade da marca.

ABSTRACT

The present study explores the cognitive mechanisms that underlie spontaneous trait transference, inferred from behaviors, to a target that is not the actor of the conduct (Brown & Bassili, 2002). The occurrence of spontaneous transference to brands, when these are part of a trait implied context, is examined. We propose that, once in a presence of trait implied behaviors performed by an individual, those traits would be transferred and end up associated to a brand, which happens to be in the presence of that behavior. The expectations induced by brands could, however, inhibit that transference, every time they are inconsistent with the trait implied by the behavior. On the other hand, when the expectations are consistent with the trait implied by the behavior, that trait will be transferred to the brand (see Wigboldus, Dijksterhuis, e van Knippenberg, 2003). This study supports these predictions, by showing a higher recall of the trait implied behavior, when these are previously paired with brands, comparatively to new, but only when those traits are congruent with the brand, and not when they are incongruent.

The results showed that when those traits are incongruent with the brand's logotype, the transference process may not occur. The result's implications will be discussed, not only to understand the spontaneous trait transference process, especially concerning their limits, but also, the construction of brand personality.

ÍNDICE

INTRODUÇÃO GERAL	1
CAPÍTULO I – FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	5
1. Personalidade da marca.....	6
2. Inferência Espontânea de Traços – STI.....	8
2.1. Evidências para a STI.....	9
2.2. Natureza cognitiva das STIs	14
2.3. Condições necessárias à ocorrência da STI.....	16
2.4. Estereótipos e acessibilidade aos traços.....	17
2.5. A quem ou a quê se referem as STIs?.....	19
2.5.1 Transferência Espontânea de Traços – STT.....	21
CAPÍTULO II – ESTUDO EMPÍRICO	
1. Método.....	25
1.1. Pré teste.....	28
2. Estudo Principal.....	30
3. Procedimento.....	31
4. Resultados.....	34
CAPÍTULO III – DISCUSSÃO E CONCLUSÃO	38
REFERÊNCIAS	45

ANEXO	48
1. Selecção do material estímulo de construção dos conjuntos de estímulos.....	49
1.1. Traços e <i>ads</i> seleccionados.....	49
1.2. Fotografias.....	51
1.2.1. Ensaio Críticos.....	51
1.2.2. Tarefa Distractora.....	51
1.3. Logótipos.....	52
1.3.1. Abstractos.....	52
1.3.2. Concretos.....	52
2. Congruência e Incongruência dos logótipos com os traços implicados pelas <i>ads</i>	53

ÍNDICE DE FIGURAS E TABELAS

Gráfico 1. Proporção média de traços recordados para cada Tipo de Ensaio em função da Versão.....	35
Tabela 1. Proporção média de traços recordados para cada Tipo de Ensaio em função da Versão e Tipo de Alvo.....	37
Gráfico 2. Proporção média de traços recordados para cada Tipo de Ensaio em função da Versão e Tipo de Alvo.....	53

INTRODUÇÃO GERAL

“When we think of a person, what do we think of? First of course, there are demographic descriptors: gender (male or female), age (young or old), and income or social class (poor, middle class, or rich). Similarly, a brand can often be thought of as masculine or feminine, modern or old-fashioned, and everyday blue collar or elegantly upper class... Brand Personality, just like human personality, goes beyond demographic descriptors. However, people typically characterize each other on hundreds of personality traits adjectives. Thus we may describe someone as being warm, stupid, mean-spirited, aggressive, and so on... Similarly, a brand could be characterized as adventurous, headstrong, undependable, excitable, and somewhat crude... a brand could acquire such a personality profile through advertising-created associations with certain types of users (the kinds of people depicted as using it) or the kinds of people used to endorse it in the advertising. Of course, other sources of such associations might be more important than advertising, including direct observation of typical users, culturally ingrained stereotypes, word-of-mouth, and news media reports or publicity. Indeed, these avenues should be considered in tandem with advertising as ways of developing or enhancing brand personalities.” (Aaker, Batra & Myers, 1992, pp 254)

Um dos aspectos característicos das marcas é o de possuírem uma personalidade. Os traços que caracterizam a personalidade de uma marca são inferidos pelo consumidor a partir de diferentes fontes. Uma das técnicas publicitárias frequentemente utilizadas para fornecer essas fontes ao consumidor é a utilização, na comunicação acerca da marca, de consumidores/utilizadores com determinadas características que se pretende que o consumidor infira acerca desse consumidor/utilizador e que transfira então para a marca. Uma questão essencial é, então, a de saber em que medida tem lugar esse processo de transferência de traços do consumidor/utilizador para a marca. Efectivamente, tem recentemente sido demonstrado que é possível inferir espontaneamente traços a partir de comportamentos (**para revisão, ver Moskowitz, 2005; Uleman, Newman, & Moskowitz, 1996b**) e que esses mesmos traços podem ser transferidos para outros alvos (pessoas) ou até mesmo objectos inanimados (e.g., Brown & Bassili, 2002; Carlston et al., 1995, Experimento 4; Skowronski, Carlston, Mae, & Crawford; 1998).

O presente estudo pretende estender a pesquisa sobre a Transferência Espontânea de Traços (STT) a situações nas quais o estímulo apresentado com o actor e a informação implicativa de traço consista, numa marca. Este objectiva também a avaliação dos possíveis limites da ocorrência de STTs. Se recentemente começaram a ser averiguados os limites da inferência espontânea de traços a partir de comportamentos – nomeadamente, os decorrentes

da activação de estereótipos acerca do actor do comportamento (Wigboldus, Dijksterhuis, e van Knippenberg, 2003, 2004)-, ainda não foram questionados os limites da transferência espontânea de traços.

Então, qual a consequência de usar pessoas que se comportam de determinada maneira e têm determinados atributos de personalidade para criar a personalidade de uma marca? Será que os traços inferidos a partir de comportamentos de pessoas são de facto transferidos para as marcas, isto é, se os traços podem ser transferidos para objectos inanimados, não poderão ser também transferidas para as marcas? Se sim, até onde vai essa transferência e até que ponto a sua ocorrência é inevitável? Será que essas transferências espontâneas de traços ocorrem em toda e qualquer circunstância? Se as STIs são inibidas quando o traço implicado pelo comportamento é inconsistente com o estereótipo activado acerca do actor desse comportamento (Wigboldus et al., 2003, 2004), então e se o traço “a transferir” for inconsistente com o estereótipo ou a expectativa acerca do alvo da “transferência”? Será que a transferência continua a ocorrer, ou também é inibida? O presente estudo procura responder a estas questões com base no paradigma de Brown e Bassili (2002).

O estudo de Brown e Bassili (2002) pretendia explorar, tomando por base o paradigma da reaprendizagem (Carlston & Skowronski, 1994), a associação de traços em situações onde um actor e um objecto inanimado ou um *bystander* são apresentados em simultâneo com a informação implicativa de traços sobre o actor. Nesse estudo os autores observam que quando objectos inanimados se encontram no contexto do comportamento implicativo de traços, existe de facto uma transferência, para os objectos, dos traços inferidos a partir daqueles comportamentos. Como tal, também neste estudo se vai adoptar o paradigma da reaprendizagem, que assenta na ideia de que a informação que já foi aprendida ou que já existe em memória, é mais fácil de reaprender. Assim sendo, e caso os traços de personalidade inferidos a partir do comportamento de um indivíduo sejam transferidos para uma determinada marca, será então de esperar que esses traços sejam mais facilmente aprendidos como estando associados à marca, comparativamente a traços que não foram anteriormente inferidos a partir de comportamentos do indivíduo.

Mas o que traz este estudo para a actual literatura? O estudo em questão pretende, por um lado, testar os limites das transferências espontâneas de traço - caso as inferências de traço realizadas a partir de um comportamento forem inconsistentes com as expectativas acerca do alvo da transferência, será essa transferência inibida? Por outro lado, este estudo pretende contribuir para a compreensão do processo de construção da personalidade da marca, bem

como para testar a eficácia do uso de determinados comunicadores como forma de atribuir uma personalidade à marca.

CAPÍTULO I

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

1. Personalidade da marca

De acordo com Azoulay e Kapferer (2004), desde 1997 que a literatura e pesquisa sobre a personalidade da marca está a florescer. Estes consideram que a personalidade da marca é certamente uma faceta essencial da sua identidade, nomeadamente no que diz respeito aos traços da personalidade humana que podem ser atribuídos à marca. Entre as dimensões da identidade da marca encontra-se: o valor interno da marca (a sua faceta cultural), a faceta relacional da marca (estilo comportamental), o reflexo dos consumidores na marca, e a sua faceta física (os seus traços materiais distintivos).

Segundo Azoulay e Kapferer (2004), a personificação das marcas tem sido frequente, a partir do momento em que as celebridades começaram a apoiar as marcas. O uso de “estrelas” e da sua personalidade ajuda os *marketers* a posicionarem as suas marcas, e pode até seduzir os consumidores que se identificam com essas personalidades. Ou seja, os consumidores podem perceber a congruência entre o seu *self* (ideal ou actual) e o da personalidade (Dolich, 1969; Sirgy, 1997, citado por Azoulay e Kapferer, 2004). O apoio das personalidades pode simplesmente, aos olhos do consumidor, dar um significado à marca (Levy, 1959, citado por Azoulay e Kapferer, 2004). Por trás desta estratégia publicitária, já há muito que se reconhece que as marcas podem ter realmente uma personalidade, tal como qualquer pessoa. É por isso que em entrevistas de grupo ou entrevistas em profundidade, os participantes não têm qualquer problema em responder a perguntas como: suponha que esta marca é uma pessoa: que tipo de pessoa seria? De facto, os consumidores vêem a marca como sendo detentora de traços de personalidade. Pesquisas recentes têm vindo a demonstrar que os médicos não têm qualquer dificuldade em atribuir traços de personalidade a marcas farmacêuticas e que esses traços estão significativamente correlacionados com as receitas médicas prescritas (Kapferer, 1992, citado por Azoulay e Kapferer, 2004).

A personalidade da marca é importante tanto para o consumidor como para o publicitário. Para o consumidor, a personalidade da marca é importante por várias razões. Conscientemente ou não, os consumidores consideram os seus bens como uma parte deles próprios; as pessoas adquirem ou reforçam o seu sentido de *self*, as suas identidades, em parte através dos bens que compram e daquilo que eles simbolizam, tanto para eles próprios como para aqueles com quem contactam e de quem gostam. *“What is “me” depends, in part, on what is “mine”; we define who we are not only by our physical bodies and our occupations, but also by our possessions (such as the watch we wear). That is why a loss of material possessions –such as in a robbery or a natural disaster –leaves us feeling as if a “part of us”*

is gone” (Aaker, Batra & Myers, 1992, pp. 259). Como parte deste processo de auto-definição, os consumidores seleccionam as marcas que tenham uma personalidade congruente com o seu auto-conceito, ou a sua personalidade aspiracional (Aaker, Batra & Myers, 1992).

Quanto ao publicitário, e ainda de acordo com Aaker, Batra & Myers (1992), o desenvolvimento e reforço da personalidade da marca serve para diferenciar a marca. Numa altura em que existem tantas marcas, a única diferença entre elas é a personalidade que lhes está associada. Ao criar uma personalidade favorável à marca, o *marketer* já a está a diferenciar, permitindo assim ganhar mercado ou elevar o preço.

Por estas razões, a personalidade da marca desempenha um importante papel não só na construção das marcas, mas também na sua manutenção (Azoulay e Kapferer, 2004).

De uma forma geral, pode depreender-se que é importante para o publicitário compreender como pode construir a personalidade da marca. Neste sentido, perceber os processos que estão envolvidos na utilização de “celebridades” ou personalidades públicas para a construção da personalidade da marca, torna-se uma necessidade central. Todo este processo de associação de uma celebridade a uma marca, é feito com o propósito de que os seus traços de personalidade fiquem associados aos da marca, passando assim, a caracterizá-la.

2. Inferência Espontânea de Traços

De acordo com Uleman, Newman e Moskowitz (1996), as Inferências Espontâneas de Traços (*Spontaneous Trait Inferences* - STI) ocorrem quando aceder ao comportamento das outras pessoas produz uma inferência de traços de personalidade na ausência de uma intenção explícita para o inferir traços ou ainda formar uma impressão acerca dessa pessoa. Por exemplo, se virmos duas pessoas a tentarem dançar, e uma delas pisa frequentemente o par, assumimos que essa pessoa é desastrada. A pesquisa nesta área indica que as pessoas fazem tais inferências não só na ausência de objectivos explícitos para formar inferências de traços, mas também sem estarem conscientes que as fizeram (Uleman, Newman e Moskowitz (1996)).

Fazemos inferências espontaneamente quando as formamos “*in accordance with or resulting from (our) natural feeling, temperament, or disposition, or from a native internal proneness, readiness, without compulsion, constraint, or premeditation*” (Webster’s New Universal Unabridged Dictionary, 1983, p. 1756, citado por Moskowitz, Newman, e Uleman, 1996, p. 212).

As STI são inferências no sentido em que requerem que o observador combine informação comportamental e extraia ou construa algum significado. De uma certa forma, isto descreve toda a percepção e cognição. As regras das inferências que permitem a compreensão de textos (Balota, d’Arcais, & Rayner, 1990; Graesser & Bower, 1990, citado por Moskowitz, Newman, e Uleman, 1996) têm sido os protótipos usados para pensar sobre os processos de inferência, assumindo-se que, na observação de comportamentos, as pessoas adoptam procedimentos análogos aos que usam para extrair significado a partir de textos, tendo os dois processos consequências semelhantes (e.g., Moskowitz, Newman, e Uleman, 1996).

2.1. Evidências para a STI

Todas as evidências para as STI advêm de estudos experimentais nas quais são descritos comportamentos, descrições essas que procuram ser o mais concretas possível, evitando interpretar o significado desses comportamentos. Nestes estudos é pedido aos participantes que leiam as descrições seguindo uma variedade de instruções, mas não lhes é pedido para formar impressões ou inferir traços.

Para detectar e investigar a existência das STI, têm sido adoptados diversos paradigmas: Decisão Lexical, Completamento de Fragmentos de Palavras, Recordação Guiada por Pistas, Reconhecimento da Palavra de Teste, Falso Reconhecimentos e Re-Aprendizagem.

Paradigma da Recordação Guiada por Pistas

A primeira evidência encontrada com este paradigma foi apresentada por Winter e Uleman (1984), no qual se apresentavam as frases implicativas de traços para um teste de memória, e subsequentemente, eram fornecidas pistas para a recuperação das frases anteriormente estudadas; essas pistas de recuperação eram ou os traços implicados pela frase, ou palavras com uma forte associação semântica, tanto ao actor como ao verbo da frase; finalmente, algumas frases tinham de ser recordadas sem que fosse facultada qualquer pista para a recuperação. A ideia central deste paradigma resume-se ao facto de a pista para o traço promover a recuperação da frase se e apenas o traço tiver sido inferido durante a leitura da frase. Os autores observaram que a recuperação das frases com pista traço foi tão elevada quanto a recuperação das pistas semânticas, e mais elevada que a recuperação sem pistas. Foi assim possível concluir que os participantes inferem espontaneamente os traços durante a compreensão dos comportamentos¹.

¹ Tem sido, no entanto, argumentado que os participantes poderão, neste paradigma, formar impressões intencionalmente para melhorar a memorabilidade dos comportamentos, sendo que nesse caso a inferência de traços é intencional e não espontâneo (Hamilton, 1981b, citado por Jerónimo 2007). Por outro lado, os participantes poderão usar os traços dados como pista não para os ajudar a recuperar a informação armazenada na codificação, mas para gerar comportamentos prototípicos do traço em questão e que podem despoletar a recuperação do comportamento, sendo que nesse caso a inferência não ocorre durante a codificação do comportamento, mas sim na recuperação (Wyer & Srull, 1989, citado por Jerónimo 2007).

Paradigma da Decisão Lexical

Numa tarefa de decisão lexical, os participantes decidem o mais rápido e preciso possível se o conjunto de letras é uma palavra (ex. manteiga) ou não (ex. pateiga). Os tempos de resposta são geralmente interpretados como a medida do tempo que demora a aceder à palavra no léxico. Se a palavra foi activada (*primed*) antes da sua apresentação (ex. ao ler a palavra pão), o tempo de resposta é mais curto. Então, se ler comportamentos implicativos de traços activa os respectivos traços, os tempos de resposta para a decisão lexical para as palavras traço deverão ser menores que aqueles nas frases de controlo. Este tem sido, precisamente, o resultado observado na literatura (Lupfer et al, 1995, experimento 3; Lea, 1995; Zárate e Uleman, 1994, citado por Moskowitz, Newman e Uleman, 1996). De todos os paradigmas que têm sido usados para estudar as STIs, este é o único que usa medidas de memória explícitas, pedindo aos participantes que se refiram a um evento anterior.

Completamento de Fragmentos de Palavras

Whitney e Williams-Whitney (1990, citado por 1996) usaram “*Constrained Word Stems*” (CWS) para obter evidência de inferências de traços “*on line*”, isto é, durante a codificação da informação comportamental. Os participantes lêem parágrafos de controlo ou implicativos de traços, e imediatamente após a leitura dos mesmos é pedido aos participantes que resolvam anagramas – de traços de personalidade – com a primeira palavra que lhes venha à cabeça. Nos resultados obtidos foi possível verificar que a solução para o anagrama é encontrada mais vezes quando os parágrafos implicam traços, concluindo assim que a STI ocorre durante a codificação. Este paradigma usa medidas de memória implícitas que detectam os efeitos de eventos anteriores sem qualquer referência explícita a eles.

Paradigma do Reconhecimento da Palavra de Teste

Uleman, Hon, Roman e Moskowitz (1996a) desenvolveram este paradigma, que tem a vantagem de ser uma medida on line, isto é, detecta as inferências durante a compreensão, minimizando assim o papel da memória a longo prazo. Neste paradigma, são apresentadas aos participantes frases que implicam ou não traços. Imediatamente após a frase, é apresentada uma palavra, para os participantes decidirem o mais rápido possível se esta fazia ou não parte frase anteriormente mostrada. Nos ensaios críticos, imediatamente após uma frase implicativa de traço, é apresentado um traço, sendo a resposta acertada “não” visto que, apesar do traço estar implícito na frase, a palavra em si não está presente. No entanto, os participantes deverão demorar mais tempo a correctamente rejeitarem a palavra teste quando esta é o traço implicado pela frase, já que esse traço estaria mais acessível em memória. De facto, após a apresentação das frases implicativas de traços verificou-se um maior número de erros e um tempo de resposta mais longo para o traço *probe* (Uleman et al., 1996a), demonstrando que apresentar frases implicativas de traços torna mais difícil dispensar o traço implicado pela frase apresentada anteriormente. Estes resultados reforçam a ideia de que as inferências de traços ocorrem durante a codificação do comportamento e o facto de as inferências de traços serem feitas mesmo quando não são a tarefa central, vai suportar a natureza espontânea dessa inferência.

Paradigma do Falso Reconhecimento

Recentemente Todorov e Uleman (2002) introduzem um novo paradigma para o estudo das STIs. Numa primeira fase experimental, uma série de frases, cada uma descrevendo um comportamento implicativo de traços, é emparelhada com a imagem de uma face. Na segunda fase é apresentada uma imagem de uma face emparelhada com um traço (que pode ou não anteriormente sido implicado pelas frases emparelhadas com essa face). Aos participantes cabe decidir se o traço estava ou não presente na frase comportamental originalmente emparelhada com essa face. Nos ensaios críticos – em que a face é emparelhada com o traço implicado pela frase anteriormente emparelhada com essa mesma face - a resposta a essa questão seria “não”, já que o traço em si nunca era apresentado, mas sim apenas implicado pela frase. A ideia deste paradigma é que se as pessoas inferem os traços a partir das frases,

então tanto o comportamento como o traço são codificados em memória em conjunto com a face da pessoa. Dessa forma, quando mais tarde a face aparece, vai fornecer uma pista para os outros eventos que foram codificados e armazenados em memória junto consigo, incluindo o traço inferido. Consequentemente, na tarefa de reconhecimento, devido à familiaridade com o traço e a falha em discriminar a fonte dessa familiaridade, um erro irá ocorrer (cf. e.g., Jacoby & Whitehouse, 1989; Johnson, Hashtroudi, & Lindsay, 1993, citado por Jerónimo, 2007) sendo a familiaridade com esse traço falsamente atribuída a uma apresentação anterior.

Todorov e Uleman (2002; Experimentos 1, 2, 5, e 6) mostraram que era mais provável os participantes reconhecerem falsamente os traços implicados quando esses estavam emparelhados com a cara da pessoa que realizou o comportamento do que quando os traços estavam aleatoriamente emparelhados com uma cara diferente, embora familiar. Todorov e Uleman (2002) demonstraram assim que as pessoas não só inferem traços sem intenção disso (espontaneamente), como também os associam ao actor do comportamento.

Os mesmos autores verificaram que as respostas de reconhecimento dos traços reflectem julgamentos explícitos sobre o actor, sugerindo que as STI são inferências sobre a pessoa. Estes concluem então que, quanto mais forte for o julgamento sobre o actor, mais forte será a STI, o que se traduzirá numa maior dificuldade em ignorar a inferência de traços.

Paradigma da Reaprendizagem

Este paradigma foi desenvolvido por Carlston e Skowronski (1994), e baseia-se na ideia de que a informação que já foi aprendida ou que já existe em memória, é mais fácil de aprender novamente. Assim, um estímulo que é apresentado pela segunda vez demorará menos tempo ou menor número de ensaios para atingir o mesmo critério de aprendizagem que o alcançado em anteriores ocasiões de aprendizagem. Este *savings effect* é atribuído à memória implícita, já que não depende da recordação explícita dos estímulos apresentados no primeiro momento de aprendizagem.

O estudo conduzido por Carlston e Skowronski (1994) decorria da seguinte forma: na primeira fase (a de exposição) apresentava-se um livro aos participantes que continha fotos emparelhadas com frases (que podiam ser tanto implicativas como não implicativa de traços). Era pedido aos participantes que memorizem essas frases. Após uma tarefa de confusão, dava-se a tarefa de aprendizagem na qual os pares traço-foto eram apresentados pela segunda vez (visto tratarem-se dos pares anteriormente apresentados na tarefa de exposição). Aos sujeitos era apenas pedido que se tentassem recordar da palavra que estava emparelhada com cada

foto. Em alguns dos casos as faces eram as anteriormente apresentadas na primeira fase, e os traços eram os implicados pela respectiva frase, também inicialmente apresentada, criando-se assim pares de reaprendizagem. Na fase final do estudo – tarefa de recuperação guiada por pistas – as fotos da tarefa de aprendizagem eram novamente apresentadas, aleatoriamente, e cabia aos sujeitos lembrarem-se da palavra que estava emparelhada com as respectivas fotos. Os resultados demonstraram que a recuperação dos traços é mais elevada para os pares reaprendidos (ou seja, quando a face foi originalmente emparelhada com uma frase implicativa de traços) que quando emparelhado com uma frase não implicativa de traços. À luz destes resultados, pode então concluir-se que os traços foram inferidos quando os comportamentos foram lidos, mesmo sendo o objectivo de processamento apenas o de o participante se familiarizar com o material, e não tendo os participantes reconhecido os comportamentos a partir dos quais os traços foram inferidos.

Este paradigma assenta na ideia de que, se os traços são espontaneamente inferidos a partir dos comportamentos durante a primeira fase, então a associação implícita desses traços com as faces vai fazer com que os participantes aprendam a associar mais e melhor, em comparação com os pares neutros (quando as faces são emparelhadas com frases não implicativas de traços), as faces repetidas com o traço correspondente da respectiva frase comportamental (isto é um maior *saving effect*). Por outras palavras, se os traços e as faces ficaram associados devido ao traço ter sido inferido espontaneamente a partir do comportamento emparelhado com essa face, deveria ser mais fácil para os participantes aprender que essas faces e esses traços estão emparelhados juntos.

Este paradigma é vantajoso, por ser sensível ao estabelecimento de associações entre conceitos, e não apenas à prévia exposição a conceitos (Moskowitz, Newman & Uleman, 1996), podendo assim dar uma importante contribuição no estudo onde se pretende averiguar se as STIs estão apenas associadas ao comportamento ou efectivamente associadas também ao actor desse comportamento. Na verdade, apenas conceitos que ficam especificamente associados ao actor do comportamento poderão ser considerados como potenciais caracterizadores da personalidade desse indivíduo.

Uleman et al. (1996b, citado por Jerónimo, 2007) salientam também outra vantagem deste paradigma, no sentido em que esta constitui uma medida implícita, sendo *conceptually-driven*, ou seja, depende da compatibilidade entre o processamento conceptual e o teste, o que torna este paradigma, uma medida mais sensível da STI.

2.2. A natureza cognitiva das STI

A vasta pesquisa dedicada ao estudo das STIs usando, entre outros, os vários paradigmas já citados permite uma boa caracterização das características cognitivas da STI.

A STI é espontânea

As diversas evidências existentes sugerem que a inferência de traços ocorre espontaneamente, ou seja, mesmo quando o observador não tem intenção de formar uma impressão ou de realizar essas inferências. O facto de a pista para o traço ajudar na recordação dos comportamentos mesmo com o objectivo de processamento de memorizar a informação (e.g., Uleman & Moskowitz, 1994; Uleman et al., 1986; Winter & Uleman, 1984) e mesmo quando as frases implicativas de traços são apenas brevemente apresentadas como distractoras no contexto de outras tarefas (e.g., Uleman, Newman & Winter, 1992; Winter et al., 1985), sugere que esses traços foram espontaneamente inferidos dos comportamentos. Esta última evidência, ao ter sido obtida numa situação que torna menos provável uma estratégia elaborativa para a memorização das frases, oferece forte apoio para a ideia da espontaneidade das inferências. No mesmo sentido, o facto da aprendizagem da associação de um traço a uma imagem ser mais fácil quando o traço é o implicado pelo comportamento anteriormente emparelhado com a imagem (Carlston & Skowronski, 1994; Carlston et al., 1995), oferece também suporte para a espontaneidade da inferência de traços. Mais evidências surgem dos paradigmas do Reconhecimento da Palavra de Teste e do Falso Reconhecimento ao demonstrarem que as inferências de traços são feitas mesmo quando o desempenho nas tarefas é dificultado ou prejudicado, isto é, mesmo quando o desempenho se torna mais lento e/ou piora (Uleman et al., 1996a; Todorov & Uleman, 2002).

A STI é feita durante a codificação do comportamento

O facto de ocorrerem durante a codificação do comportamento é outra das principais características das STIs. Por exemplo, evidências obtidas com o paradigma da recuperação guiada por pistas, revelam que as condições de codificação – como a quantidade de recursos cognitivos disponíveis ou os objectivos de processamento – afectam a eficácia das pistas traços (Uleman et al., 1992; Uleman & Moskowitz, 1994) sugerindo assim que as STI são

formadas durante a codificação. No mesmo sentido, o paradigma da reaprendizagem tem vindo a permitir revelar que a apresentação prévia das frases emparelhadas com fotografias produz *saving effects* maiores para esses traços; a única forma de chegar a esses *saving effects* é se, na codificação, esses traços tiverem sido inferidos do comportamento. Evidência directa contra a ideia de que as inferências de traços dependem de estratégias de recuperação é oferecida pelo paradigma do Reconhecimento da Palavra de Teste, no qual as STIs são medidas durante a codificação do comportamento. Todorov e Uleman (2002) provam este facto demonstrando que os falsos reconhecimentos de traços implicados não são afectados pelo facto de os participantes conseguirem ou não reconhecer/lembrar o comportamento implicativo do traço. Este resultado estabelece, então, que o efeito não depende de processos de recuperação que têm lugar durante o teste.

As STI são eficazes

As STIs são cognitivamente eficazes. Winter et al (1985) demonstraram a imunidade das STI à sobrecarga cognitiva - a inferência de traços ocorre mesmo quando as frases implicativas desses traços são apresentadas como distractoras no contexto de uma outra tarefa, que os participantes acreditavam ser a principal. Além disso, parece que as pessoas extraem, sem qualquer intenção, traços a partir de uma grande quantidade de informação (Todorov e Uleman, 2002) e mesmo quando a atenção das pessoas é dividida ou quando a apresentação da informação é muito rápida (Todorov & Uleman, 2003).

Pode então concluir-se que as STI parecem ocorrer, quando somos expostos a comportamentos implicativos de traços, mesmo quando não se tem necessariamente o objectivo de fazer inferências e quando exigências colocadas por tarefas múltiplas deixam pouca capacidade cognitiva para outros tipos de processamento de informação social complexa. Pode pois dizer-se que as condições em que a STI ocorre são aquelas que experienciamos no dia-a-dia.

2.3. Condições necessárias para a ocorrência das STIs

Os resultados que têm vindo a ser obtidos na literatura das STIs têm permitido pôr em evidência não só a natureza cognitiva destas inferências, mas também as condições necessárias para a sua ocorrência.

A principal característica das STIs prende-se com o facto de estas serem realizadas sem que as pessoas tenham intenção de inferir traços ou formar impressões. Assim, a intenção de inferir traços ou formar impressões não parece ser uma condição necessária para que esses traços sejam inferidos. O conjunto de resultados obtidos com os diversos paradigmas que estudam as STIs, todos eles demonstram a existência de STIs mesmo em condições em que os participantes esperam um teste de memória e não são instruídos para formar impressões ou inferir traços.

Apesar disso, as STIs podem ser incrementadas ou inibidas, sob determinadas condições. Por exemplo, o objectivo de formar uma impressão parece poder aumentar a inferência de traço ou torná-la mais provável, tal como demonstrado por Bassili e Smith (1986, citado por Moskowitz, Newman, e Uleman, 1996). Do mesmo modo, outras intenções podem afectar as STIs, tornando-as menos prováveis. Por exemplo, Uleman e Moskowitz (1993, Experimento 2, citado por Moskowitz, Newman, e Uleman, 1996) demonstraram que a eficácia dos traços como pista para a recuperação do comportamento diminuiu quando os participantes liam as frases à procura de algo em particular, como pronomes.

Em suma, a STI ocorre por definição sem intenções para inferir traços. O simples objectivo de compreensão da informação comportamental parece ser a condição necessária para a ocorrência da STI. No entanto, a probabilidade da STI ocorrer pode aumentar ou diminuir devido a outros objectivos de processamento. Recentemente, verificou-se que a probabilidade da STI ocorrer pode também diminuir devido à activação prévia de um estereótipo acerca do actor do comportamento, caso esse estereótipo seja inconsistente com o traço implicado pelo comportamento (Wigboldus et al., 2003, 2004). Assim, poderemos pensar que o facto do traço implicado por um comportamento ser consistente com um estereótipo activado acerca do alvo seja também uma condição “necessária” para a ocorrência da STI.

Quando as STIs são inibidas: O papel dos estereótipos

Uma vez que a inferência de traços é espontânea, qualquer falha que surja no processo de inferência também se aplica à codificação do comportamento. Então, que aspectos podem interferir na inferência de traços? Um destes aspectos relaciona-se com a activação de estereótipos acerca do actor do comportamento, mais especificamente na sua congruência ou incongruência com a informação disponível. Estudos recentes conduzidos por Wigboldus et al. (2003, 2004) averiguam precisamente esta questão e demonstram que, conforme o estereótipo activado seja incongruente ou congruente com o traço implicado pelo comportamento, o processo de inferência pode ser ou não inibido.

Wigboldus et al. (2003) chamam a atenção para o facto de na maioria dos estudos sobre as STIs os actores dos comportamentos permanecerem uma pessoa não descrita que realiza um comportamento implicativo de traço, ainda que, habitualmente, na vida real se saiba mais sobre essa pessoa do que apenas o seu comportamento. As categorias sociais tais como o género, idade ou etnia estão disponíveis automaticamente para o observador em milésimos de segundos (Fiske, 1998). Ademais, os estereótipos associados a essas categorias são activados automaticamente na presença de um membro dessa categoria (e.g., Devine, 1989; Dijksterhuis & Van Knippenberg, 1996 e Von Hippel et al., 1995). Finalmente, na investigação sobre a activação dos estereótipos, estes são interpretados como representações mentais nas quais as categorias sociais são associadas a traços que pertencem ao estereótipo dessa categoria, sendo que a activação de uma categoria não só facilita o acesso a traços consistentes com o estereótipo (e.g. Devine, 1989; Dijksterhuis & Van Knippenberg, 1996; Gilbert & Hixon, 1991; Macrae, Bodenhausen & Milne, 1995; Macrae, Stangor & Milne, 1994), mas também inibe o acesso a traços inconsistentes com o estereótipo (e.g., Dijksterhuis & Van Knippenberg, 1995, 1996). Por exemplo, a activação da categoria “Professor”, traços consistentes com a categoria traços tais como *esperto* são activados, enquanto que o acesso a traços inconsistentes como *agressivo* é inibido.

Wigboldus et al. (2003) propõem que ao inibir ou facilitar o acesso a traços específicos, os estereótipos podem impedir ou não interferir com o processo de STI. Pretendendo estudar a influência dos estereótipos na STI, os autores usaram o paradigma do Reconhecimento da Palavra de Teste, e verificaram que os participantes realizaram STIs mais fracas quando o traço implicado pelo comportamento é inconsistente com o estereótipo, do que quando esse traço é consistente com o estereótipo. Desta forma, o processo da STI foi obstruído quando um rótulo inconsistente com a categoria foi apresentado antes do comportamento. Os autores não encontraram diferenças estatisticamente significativas entre as STIs realizadas com base

em informação consistente ou neutra com os estereótipos. Então, o processo da STI, não melhorou com a apresentação prévia de um rótulo categorial consistente com o comportamento. Em resumo, os resultados obtidos por Wigboldus et al. (2003) demonstram que a STI é inibida quando os traços implicados pelo comportamento são inconsistentes com o estereótipo - sobre o actor desse comportamento - anteriormente activado. Resultados semelhantes foram já observados também no contexto da formação de impressões: Jerónimo (2007) demonstrou que, no processo de formação de uma impressão acerca de um indivíduo, a inferência de traços é inibida para comportamentos que são incongruentes com a expectativa do percipiente acerca do alvo da impressão. O conjunto de resultados obtidos por Wigboldus et al. (2003) levou os autores a concluir que a activação de estereótipos obstrui o processo de STI caso esses comportamentos sejam inconsistentes com o estereótipo. De acordo com os autores, isto acontece provavelmente porque o estereótipo, ao mesmo tempo que aumenta a acessibilidade de traços que são inconsistentes com os implicados pelo comportamento, também diminui a acessibilidade de traços consistentes com esse comportamento.

Pode então concluir-se que os estereótipos constituem uma peça importante no processo da inferência de traços, no sentido em que a activação de um estereótipo inconsistente com um determinado comportamento tem o poder de inibir a STI. É de salientar que o estereótipo não facilita a inferência de traços consistente, mas apenas inibe a inferência de traços inconsistentes. Então, as STIs podem ser inibidas quando o traço implicado pelo comportamento é inconsistente com um estereótipo previamente activado acerca do actor desse comportamento.

3. Transferência Espontânea de Traços: A quem ou a que se referem as STIs?

Nos estudos acima citados não restam dúvidas que os traços de personalidade são inferidos espontaneamente durante a codificação da informação comportamental mesmo quando a atenção não é propositada ou não existe uma intenção consciente para inferir os traços. Um debate que surgiu recentemente na literatura da STI concerne o facto de a STI ser referente apenas ao comportamento em si ou também ao actor do comportamento, e se estes traços que (eventualmente) ficam associados ao actor do comportamento são inferências disposicionais (Bassili, 1989a, 1989b; Hamilton, 1989; Hilton et al., 1995; Higgins & Bargh, 1987; Newman & Uleman, 1989, 1993, citado por Jerónimo, 2007). Quando os traços são inferidos deliberadamente para obter informação sobre uma pessoa – como no caso da formação de impressões –, essa inferência vai referir-se explícita e especificamente a essa pessoa (e.g., Uleman et al., 1996b, citado por Jerónimo, 2007). E no caso dos traços não serem deliberadamente inferidos?

Esta questão é abordada no modelo de Gilbert, que sugere que quando as pessoas inferem traços ocorre um processo de três etapas: o primeiro é um processo de caracterização pré-atribucional (que permite a interpretação do comportamento – “ela/e está a manifestar um comportamento ansioso”); o segundo compreende dois sub-processos de atribuição causal: a caracterização correspondente à inferência disposicional (“é uma pessoa ansiosa”) e a correcção referente a um ajustamento situacional (“ela/e está a falar de um tema que provoca ansiedade; talvez até nem seja uma pessoa ansiosa”). Gilbert (1988b) apresentou aos seus participantes um vídeo sem som, de uma mulher aparentemente ansiosa a conversar com um estranho. Os tópicos da conversa poderiam ser dois: ou algo que provocasse ansiedade ou algo mundano. No 1º caso, os participantes eram levados a acreditar que haviam forças externas que causavam aquela ansiedade, enquanto que no segundo caso, o comportamento ansioso deveria ser visto como um traço de ansiedade da pessoa. Tal como esperado, os participantes realizaram inferências disposicionais sobre o alvo e usaram a informação situacional para corrigir essas inferências. No entanto, no estudo de Gilbert (1988b), os participantes tinham como objectivo formar uma impressão acerca do actor do comportamento e, como tal, as inferências de traço eram intencionais.

Por outro lado, quando as inferências dos traços são espontâneas, não intencionais e até inconscientes, não é assim tão óbvio que os traços inferidos sejam uma descrição manifesta das disposições dos actores; em vez disso, elas podem servir apenas como interpretações do comportamento dos actores. Esta questão é particularmente importante visto que, se a STI não

se refere manifestamente à pessoa, os potenciais efeitos dessas inferências na impressão de uma pessoa pode ser fortemente reduzido (Van Overwalle et al., 1999).

Na sequência dos resultados de Winter e Uleman (1984; Winter et al., 1985), que mostram uma fraca recuperação dos traços com pista dos actores do comportamento, vários autores consideraram que as STIs eram apenas *by-products* dos processos de compreensão, não associados aos actores (e.g., Hamilton, 1998, citado por Jerónimo, 2007). No entanto, um aspecto desses estudos pode ter enfraquecido o estabelecimento de ligações entre os traços inferidos e a pessoa. Principalmente, porque a identidade do actor era irrelevante para a acção da frase, os participantes podem ter percebido essa informação como menos relevante para a tarefa, tendo assim, sido negligenciada (Uleman et al., 1996b, citado por Jerónimo, 2007). Desta forma, seria prematuro decidir pela ausência de uma ligação traço-actor, e de facto, outros paradigmas provaram posteriormente a existência dessa ligação.

A primeira evidência da existência de uma associação entre o traço inferido e o actor do comportamento foi oferecida por Carlston e Skowronski (1994) através do paradigma da reaprendizagem. Nos seus estudos, na fase inicial apresentavam-se faces emparelhadas com frases implicativas de traços e, mais tarde, pedia-se aos participantes que aprendessem esses pares. Os resultados demonstraram que, a aprendizagem da associação face-traço foi facilitada quando a face tinha sido previamente com frases comportamentais implicativas do mesmo traço, quando em comparação com as faces emparelhadas com os novos traços ou traços implicados por uma descrição implicativa de traço de outra pessoa. Esta facilitação na aprendizagem sugere que os traços foram espontaneamente inferidos dos comportamentos e associados ao actor. É de notar que os *savings effects* ocorrem sem qualquer memória explicitados comportamentos apresentados e sem qualquer referência explícita à fase inicial do estudo, o que revela que o estabelecimento dessa ligação implícita traço-actor não depende de processos de recuperação. Também nos estudos de Carlston et al. (1995, Experimento 5), que utilizam o mesmo paradigma, se verificou que houve pouca sobreposição dos traços gerados nas diferentes fases, demonstrando que os *savings effects* se baseiam na memória implícita e não explícita dos traços e comportamentos implicados na primeira fase (apresentação das descrições implicativas de traços emparelhadas com as fotografias). Estes resultados suportam a ideia de que as STIs são associadas ao actor.

A transferência espontânea de traços

Apesar de Carlston e Skowronski (1994; Carlston et al., 1995) terem demonstrado que as STIs estão ligadas às representações dos actores, Carlston et al. (1995, Experimento 4) chegaram a resultados interessantes: ao dizerem aos participantes que as descrições emparelhadas com as fotos são de outras pessoas, os *savings effects* continuam a obter-se. Isto é, embora as descrições não pertençam à pessoa da foto, não devendo assim ser usadas para fazer inferências sobre a pessoa na foto, os traços implicados nas frases foram ainda assim associados a essa pessoa. A este efeito de associação ou de transferência de um traço para um actor diferente Skowronski, Carlston, Mae e Crawford (1998) deram o nome de Transferência Espontânea de Traços ou *Spontaneous trait transference* (STT). De acordo com os mesmos autores, a STT ocorre quando os comunicadores são percebidos como tendo as mesmas características que descrevem nos outros. Mas como ocorre esta transferência de traços? Ainda de acordo com Skowronski et al. (1998), primeiro surge a *activação de traços* na qual os observadores activam os seus conceitos de traços durante a interpretação ou codificação do comportamento. Numa segunda fase, *associação de traços*, os observadores associam esses conceitos de traços ao comunicador que descreveu esse comportamento. Por fim, na terceira fase, uma vez formadas, estas associações de traços têm o potencial para influenciar as impressões sobre o comunicador surgindo assim a *influência ou transferência de traços*.

Skowronski et al (1998; ver também Mae, Carlston & Skowronski, 1999) verificaram, através do paradigma da reaprendizagem, que depois dos participantes se terem familiarizado com as hetero descrições realizadas pela pessoa na fotografia, atribuem erroneamente o traço implicado pela descrição ao comunicador. Pode então dizer-se que, os comunicadores ficam associados com o traço implicado no seu próprio discurso, embora os participantes soubessem que as frases e as fotografias eram emparelhadas aleatoriamente, e que estas associações persistem ao longo do tempo. Este resultado sugere que ligar as STIs à representação das pessoas se baseia em simples associações entre os conceitos dos traços activados e qualquer pessoa mais saliente que esteja presente.

Brown e Bassili (2002) também apresentam resultados consistentes com os anteriores, mostrando que as STIs podem até ser associadas a objectos inanimados tal como uma banana. Desta forma, parece que qualquer face ou objecto, se presentes no contexto onde as inferências de traços são codificadas, vão ficar associadas a essa inferência, facilitando assim a recuperação dos traços inferidos. Brown e Bassili (2002) conduziram um estudo, onde pretendiam explorar a extensão da STT a situações onde o estímulo apresentado com o actor e

a frase implicativa de traço consiste num objecto inanimado, ao qual normalmente não se atribuem traços de personalidade. Ou seja, pretendem testar se as associações estímulo-traço também se obtém com objectos inanimados. Para tal, usaram o paradigma da reaprendizagem. A primeira fase – exposição - consistia na apresentação simultânea de duas faces ou uma face e um objecto inanimado acompanhados de uma auto-descrição comportamental. Segue-se uma fase de confusão, e depois a de aprendizagem. Nesta fase os participantes eram instruídos para se lembrarem dos traços emparelhados com cada face. Nos 16 ensaios críticos desta fase, os pares estímulo - traço apresentados correspondiam aos ensaios críticos da fase de exposição. Após uma tarefa distractora, dá-se a tarefa de recuperação guiada por pistas. Nesta última tarefa, os participantes eram instruídos para, após a apresentação das fotos, se tentarem recordar do traço que lhe estava associado. Os resultados obtidos, revelaram não só a existência da STT, como também a sua aplicabilidade a objectos inanimados. O facto de a STT ocorrer com objectos inanimados sugere que as associações de traços reveladas pelos “*savings*” e pelo paradigma da reaprendizagem, podem ser formadas na ausência de um processamento inferencial sobre os estímulos.

Em resumo, este conjunto de estudos parece demonstrar que quando não há o objectivo intencional de formar impressões, os traços que são espontaneamente inferidos dos comportamentos ficam ligados ao que ou quem quer que esteja nesse contexto.

Outro conjunto de evidências parece, no entanto, apontar noutro sentido. Nomeadamente, os estudos conduzidos por Carlston e Skowronski (1994; Carlston et al., 1995) salientam outro resultado relevante: ao comparar os *saving effects* obtidos na leitura e formação de impressões, as inferências dos traços são igualmente fortes. Dado que as inferências de traços realizadas com a intenção de formar impressões dependem da existência de uma ligação explícita entre o actor e a acção, este resultado pode indicar que, mesmo quando as inferências são espontâneas, as ligações traço-actor também se referem explicitamente ao actor (Van Overwalle et al., 1999).

Apoio mais directo a esta ideia advém de estudos de Todorov e Uleman (2002) que, ao usarem o paradigma do falso reconhecimento, chegaram também à mesma conclusão: as STIs referem-se explicitamente ao actor do comportamento. Este paradigma estuda especificamente a associação das STIs aos actores dos comportamentos. Embora este paradigma tenha algumas semelhanças ao da reaprendizagem, no primeiro cada cara é emparelhada com uma única descrição comportamental (garantindo que o objectivo de formar impressões não seja despoletado) e as inferências de traços e as exigências da tarefa trabalham numa direcção oposta (dando fortes evidências da espontaneidade das inferências). No estudo

de Todorov e Uleman (2002, 2003, 2004) as imagens eram inicialmente emparelhadas com frases implicativas de traços e depois, emparelhadas com traços de personalidade. Era então pedido aos participantes que decidissem se a palavra traço tinha sido incluída no comportamento inicialmente emparelhado com a face. Os resultados obtidos mostram que os traços implicados são provavelmente mais falsamente reconhecidos como fazendo parte da frase quando são emparelhados com a face da pessoa que realizou o comportamento do que quando é emparelhado com uma face diferente, mesmo que familiar. Deste modo, os observadores inferem espontaneamente os traços dos comportamentos e associam-nos ao actor do comportamento. Uma importante característica deste paradigma é que as caras apresentadas no teste já tinham sido apresentadas anteriormente e os traços eram sempre implicados por frases comportamentais; a diferença é que as caras eram emparelhada ou com o traço implicado pelo comportamento previamente emparelhado com a cara ou com um traço implicado por um comportamento anteriormente emparelhado com outra cara. Se a inferência de traços fosse só um rótulo para os comportamentos, então o falso reconhecimento desses traços deveria ser o mesmo em ambos os casos, já que os traços tinham sido sempre implicados por um comportamento apresentado previamente. No entanto, tal não aconteceu. A conclusão de que uma associação é estabelecida entre o traço e o actor foi mais tarde apoiada em análises correlacionais levadas a cabo pelos autores. Verificou-se então que, julgamentos explícitos dos traços do actor previam as STIs, e que as medidas das implicações dos traços dos comportamentos não. Sintetizando, os resultados obtidos por Todorov e Uleman (2002) vão no sentido dos factos encontrados através do paradigma da reaprendizagem: as STIs estão ligadas às caras dos actores na memória a longo prazo. Por outras palavras, este paradigma produz efeitos que demonstram que as STIs se referem ao actor, portanto, as pessoas não só inferem traços espontaneamente, mas também associam essas inferências ao actor. Essas inferências são individualizadas e codificadas durante a representação do actor e serve como base para outras cognições relacionadas com a pessoa. No entanto, os estudos de Todorov e Uleman (2002, 2003) não permitem dispensar a possibilidade de que este processo de ligação seja apenas uma simples associação, como a STI parece insinuar – as faces podem funcionar apenas como qualquer outro contexto iria, e não como forma de mostrar que as inferências de traços estão ligadas aos actores de formas únicas.

Contudo, independentemente do facto de as STIs serem genuínas inferências disposicionais, existem já evidências de que essas inferências podem, de facto, podem ser transferidas e ficar associados a outros alvos. Alvos esses que podem ser outras pessoas ou até

objectos inanimados que se encontrem no contexto em que essa inferência ocorre, tal como Brown e Bassili (2002) demonstraram.

Então, serão também as STTs apenas meras associações ao novo alvo ou será que também estas se transformam em inferências disposicionais acerca desse novo alvo?

CAPÍTULO II

ESTUDO EMPÍRICO

À semelhança do estudo de Brown e Bassili (2002), pretende-se no presente estudo averiguar em que medida as inferências de traço realizadas a partir do comportamento de um determinado actor podem ser transferidas para um objecto inanimado. No entanto, e contrariamente ao estudo de Brown e Bassili (2002), os objectos inanimados utilizados no presente estudo consistem em entidades às quais habitualmente atribuímos traços – nomeadamente marcas – ao invés de objectos aos quais habitualmente não atribuímos traços de personalidade – como bananas. Assim, um primeiro objectivo do presente estudo consiste em avaliar a possibilidade de ocorrência de STTs para marcas.

Existem já na literatura da inferência espontânea de traços evidências de que esta pode ser inibida. Tais evidências podem ser encontradas nos estudos de Wigboldus et al. (2003, 2004), onde os autores verificaram que quando os comportamentos do actor são inconsistentes com o estereótipo desse actor o processo de inferência de traço é inibido. No entanto, no que concerne à literatura da STT, este aspecto ainda não foi explorado. Como tal, pretende-se também avaliar os possíveis limites da ocorrência da STT.

No presente estudo é adoptado o paradigma de Brown e Bassili (2002), baseado no paradigma da reaprendizagem (ver pp. 22 e pp. 13) que assenta na ideia de que quando uma informação já existe na memória ou já foi anteriormente aprendida, vai ser mais fácil de aprender novamente. No entanto, ao invés do alvo da transferência serem objectos inanimados, como no estudo de Brown e Bassili (2002), foram no presente estudo utilizados logótipos de marcas. Assim, no início da experiência – fase de exposição - os participantes são solicitados a se familiarizarem com uma série de trios de estímulos, que envolviam uma fotografia de um homem (foto) acompanhada de uma auto descrição (*ads*) e de um logótipo de uma marca (logótipo). É nesta fase que surge a oportunidade para a STI ou para a STT, ou seja, os traços implicados pelas descrições podem ser associados ao actor e depois transferidas para a marca. À fase de exposição, seguia-se a de aprendizagem, na qual os participantes são instruídos para aprender pares de estímulos, que consistiam em pares foto-traço e pares logótipo-traço. Alguns dos pares apresentados na fase de aprendizagem correspondiam a fotos ou logótipos já apresentados na fase de exposição, emparelhados com os traços implicados pelas *ads* que acompanhavam essas fotos e logótipos na tarefa de exposição. Outros dos pares da tarefa de aprendizagem consistiam em fotos ou logótipos que tinham sido, na fase de exposição, emparelhados com descrições neutras (isto é, não implicativas de traço), e que eram agora emparelhadas com traços, sendo assim a primeira vez que um traço era associado à foto ou logótipo. Após a fase de aprendizagem era solicitado aos participantes que realizassem uma tarefa de *cued-recall*. Nesta última fase, é apresentada uma foto ou um

logótipo para que os participantes recordem o traço com que essa foto ou logótipo tinha sido anteriormente emparelhado na fase de aprendizagem.

No presente estudo são manipuladas duas variáveis: a congruência entre o logótipo de marca e o traço implicado pelo comportamento do actor, e o tipo de logótipo de marca usado. É também usada a variável tipo de alvo da transferência, mas esta constitui uma variável controlada, já que a transferência se aplica apenas ao logótipo, não envolvendo a transferência para a face.

Seguindo a lógica dos *savings* no paradigma da reaprendizagem, se as associações entre os indivíduos e o traço, ou entre o logótipo e o traço forem realizadas durante a fase de exposição, então os participantes devem recuperar melhor os traços dos ensaios de reaprendizagem que dos de controlo. Ainda, tendo em conta as evidências de que as expectativas (estereotípicas) inibem a inferência de traço para comportamentos inconsistentes com essas expectativas (Wigboldus et al., 2003, 2004; Jerónimo, 2007), poderá pensar-se que a transferência de traço também seja inibida quando as expectativas acerca do alvo da transferência seja inconsistentes com o traço a transferir. Assim, poderá esperar-se que os participantes recordem melhor os traços dos pares antigos congruentes que dos novos ou dos antigos incongruentes, indicando que os participantes formaram associações e transferiram os traços com mais facilidade quando o logótipo é congruente com o traço implicado pela descrição do comunicadores do que quando ele é incongruente com esse traço.

1. Método

1.1. *Pré teste*

Pré teste do material estímulo

Uma vez que a situação experimental implicava a apresentação de oito auto-descrições (*ads*) implicativas de traço, foi construído um conjunto dessas descrições, as quais foram alvo de pré-teste. O pré teste em questão consistia na apresentação de auto-descrições, tendo sido averiguado qual o traço de personalidade que os participantes inferiam a partir de cada uma dessas *ads*. Os participantes foram também questionados sobre a valência dos traços (se é positivo, negativo ou neutro) inferidos a partir de cada uma das *ads*, já que numa fase posterior do estudo, as frases implicativas de traços se iriam encontrar divididas em positivas e negativas. No pré-teste foi ainda avaliado se o comportamento era mais associado a um actor do sexo masculino ou do sexo feminino, já que no estudo principal as *ads* seriam emparelhadas com a fotografia de um indivíduo.

Participantes

Participaram no pré-teste 100 participantes (66 mulheres e 34 homens) com idades compreendidas entre os 18 e os 53 anos ($M=27$; $DP=9,057$), estudantes do ISCTE. A participação foi voluntária.

Instrumento/Procedimento do pré teste

O pré teste era constituído por 70 auto-descrições, apresentadas como tendo sido cada uma realizada por um indivíduo. As auto-descrições foram construídas de forma a não veicularem qualquer outro tipo de informação (como o sexo ou a idade) que o comportamento em si mesmo. Após a apresentação de cada *ad*, era pedido aos participantes que escrevessem o primeiro traço de personalidade que lhes viesse à cabeça, se o associavam a um homem ou a uma mulher, e ainda se o consideravam positivo, negativo ou neutro. Este pré teste foi realizado em formato electrónico, e enviado por e-mail a todos os alunos do ISCTE, que poderiam aceder ao questionário através do link: <http://membres.lycos.fr/martacaetano/> .

Seleção do material

Após a análise dos resultados² do pré teste, foram então seleccionadas as oito *ads* que apresentavam uma elevada semelhança semântica entre os traços gerados para essa *ad*, ou seja, com elevada frequência de ocorrência de sinónimos de um mesmo traço e simultaneamente baixa frequência de ocorrência de outros traços alternativos. Não foram seleccionadas *ads* para as quais se verificava a existência de alguns traços que não estavam semanticamente relacionados com o traço mais citado, isto é, que tivessem elevada probabilidade de conduzir à inferência desse outro traço. Os oito traços implicados pelas *ads* seleccionadas (ver Anexo 1.1) estavam divididos entre positivos e negativos. Os traços positivos correspondiam a pessoas divertidas (avaliado como positivo por 89% dos participantes), frontais (96%), aventureiras (93%), e sociáveis (96%). Por outro lado os negativos eram associados a uma pessoa distraída (95%), forreta (87%), solitária (82%) e conservadora (83%).

² Através de uma análise de frequências das respostas.

2. Estudo Principal

Construção do conjunto de estímulos

Foram seleccionados para o estudo oito auto-descrições implicativas de traço, sendo que metade implicavam um traço de valência positiva e outra metade de valência negativa.

No que diz respeito às fotografias do actor da *ad* e com a qual essa *ad* seria emparelhada, uma vez que no pré teste se verificou que as *ads* seleccionada se encontravam de uma forma geral mais associadas ao sexo masculino, procedeu-se a uma pesquisa na internet, na qual se pretendia encontrar fotografias de faces de homens, o mais distintas possível. Foi seleccionado um total de 16 fotografias para os ensaios críticos e seis para as tarefas *filler* (ver Anexo 1.2). As fotografias seleccionadas não apresentavam nenhum outro elemento para além do rosto em si mesmo.

Quanto aos logótipos, criou-se um total de 19 logótipos - 16 para os ensaios críticos e 3 para os *filler*. Os logótipos estavam divididos entre concretos e abstractos (ver Anexo 1.3) e ainda entre congruentes e incongruentes com os traços implicados pelas *ads* (ver Anexo 2). O logótipo seria concreto quando compreendesse alguma característica que remetesse para um traço de personalidade (como uma imagem de um cifrão para o traço “forreta”); por outro lado, o logótipo seria abstracto quando não possuísse qualquer aspecto que o ligasse ao traço. No que diz respeito à congruência/incongruência do logótipo com o traço, considerou-se que o logótipo é congruente com o traço quando a marca é consistente com o logótipo e incongruente quando o logótipo não está minimamente relacionado com o traço, isto é, quando o traço e o logótipo representam conceitos antagónicos para os participantes.

Assim, existiam um total de 16 ensaios críticos (8 para os pares congruentes e 8 para os pares incongruentes), e 16 ensaios neutros. Temos então para os pares congruentes, o emparelhamento de 6 logótipos concretos e de 2 abstractos com descrições implicativas de traços. Para os pares incongruentes, temos o emparelhamento de 6 logótipos concretos e de 2 logótipos abstractos, também estes emparelhados com descrições implicativas de traços. Para os restantes 16 ensaios, os neutros, dá-se o emparelhamento de oito logótipos concretos e de oito abstractos, ambos com descrições neutras, ou seja, não implicativas de traços.

Foram criadas duas versões para o estudo, a versão A e a versão B. Entre as versões variava apenas a congruência entre os logótipos e os traços. Assim, os pares logótipo-traço que eram congruentes na versão A seriam incongruentes na versão B, e vice-versa. Note-se que os traços apresentados na versão A e B são exactamente os mesmos, apenas variando o logótipo com o qual estavam associados, fazendo com que os pares que são congruentes numa

versão são os incongruentes na outra versão. Em ambas as versões existiam ao todo 32 ensaios, sendo que 16 correspondem aos ensaios críticos e 16 aos ensaios neutros.

Participantes

A amostra foi constituída por um total de 30 alunos do ISCTE, sendo que 18 eram do sexo feminino e 12 eram do masculino. As idades variavam entre os 18 e os 43 anos ($M=25,6$). Os alunos foram convidados a participar através de um *e-mail* e a participação era voluntária.

Desenho experimental

2 Versão (versão A vs. versão B) x 3 Relação logótipo-traço (congruente vs. incongruente vs. novo) x 2 tipo de logótipo (abstracto vs. concreto). Todos os factores variando intra-participante, com excepção da Versão.

2.1. Procedimento

Os participantes foram testados individualmente em computador, tendo sido utilizado o programa E-Prime versão 1.1.4.6 (Schneider, Eschman, & Zuccolotto, 2002). O procedimento adoptado foi semelhante ao usado por Brown e Bassili (2002).

Tarefa de exposição. Numa primeira fase era pedido aos participantes que lessem a informação apresentada no ecrã e que tentassem apenas familiarizar-se com ela. Era também dito que, posteriormente, ser-lhe-iam feitas questões relativas a essa informação. Nesta fase era apresentado no ecrã a foto do comunicador acompanhada de uma auto-descrição (que poderia implicar um traço ou não) e de um logótipo de uma marca. Estes conjuntos eram aleatoriamente apresentados durante 17 segundos de modo a que os participantes tivessem tempo de ver e ler toda a informação. Ao todo foram apresentados 16 destes trios de estímulos envolvendo: logótipos (10 concretos e seis abstractos), 16 faces (todas diferentes entre si) e 16 auto-descrições (oito neutras e oito implicativas de traços). Das oito auto-descrições implicativas de traços quatro eram congruentes com o logótipo apresentado com a descrição, e quatro eram incongruentes.

Tarefa de confusão. Nesta tarefa eram apresentadas 60 auto-descrições, apresentadas aos pares, e durante 30 segundos cada par. Os participantes eram solicitados a seleccionar aquela que mais gostavam. Das 60 auto-descrições apresentadas nesta fase, 44 eram implicativas de traço e 16 eram neutras. Das 44 que implicavam um traço, 16 implicavam o mesmo traço que o implicado pelas descrições anteriormente apresentadas na tarefa de exposição, embora as descrições em si mesmas fossem diferentes das anteriores. Um total de 20 descrições apresentadas nesta fase eram positivas, 10 eram negativas e as restantes 30 eram neutras. O objectivo desta fase é o de evitar que o participante seja capaz de posteriormente se recordar da descrição que foi, na fase de exposição, emparelhada com a foto ou o logótipo e, como tal, evitar que a inferência de traço seja realizada apenas na fase de teste (a partir da descrição recuperada de memória).

Tarefa de aprendizagem. Nesta terceira fase era apresentado, em cada ecrã e durante seis segundos, ou uma fotografia de uma pessoa ou um logótipo emparelhado com um traço. Era então pedido aos participantes que memorizassem esses pares. Esta fase compreendia a apresentação de pares ditos antigos e pares novos. Nos pares antigos era apresentado um logótipo ou foto antigo (isto é, já apresentado na fase de exposição) emparelhado com o traço implicado pela descrição anteriormente apresentada com esse mesmo logótipo ou foto (um total de oito ensaios críticos). Nos pares novos era apresentado um logótipo ou uma foto (que anteriormente havia sido emparelhado com uma auto-descrição neutra) emparelhado com um traço novo (oito ensaios de controlo). Assim, nos 16 ensaios críticos, era apresentado aos participantes os pares estímulo-traço (8 face-traço e 8 logótipo-traço) que compreendem as fotos e os logótipos previamente apresentados na tarefa de exposição, juntamente com as descrições implicativas de traços. Estes ensaios representam os ensaios de reaprendizagem, uma vez que caso o traço tenha já sido inferido a partir da descrição e, como tal, associado à foto ou ao logótipo (através da STI ou da STT, respectivamente), esse par estímulo-traço estará a ser aprendido uma “segunda” vez. Nos restantes 16 ensaios as fotos e logótipos que tinham sido anteriormente emparelhados com descrições neutras, são agora apresentadas com novos traços. Estes últimos ensaios constituem os de controlo já que não envolvem a reaprendizagem e consistem numa primeira associação desses traços com a foto ou o logótipo. Na apresentação do logótipo (oito ensaios), quatro dos pares eram congruentes (dois positivos e dois negativos) e quatro eram incongruentes (dois positivos e dois negativos). O mesmo se aplica à apresentação dos oito pares foto-traço.

Tarefa distractiva. Após a tarefa de aprendizagem, os participantes eram instruídos a realizar uma tarefa distractiva, que consistia em completar um total 12 anagramas constituídos por palavras aleatórias não relacionadas com o tema (nomes de frutas, objectos, animais, países, etc.). Após a apresentação de cada anagrama, é dado ao participante o feedback acerca da sua resposta - se estava correcta ou não e o tempo de resposta.

Tarefa de recordação guiada por pistas (cued-recall). Nesta última tarefa (de tempo ilimitado), é testado o nível de recuperação dos participantes no que diz respeito ao traço emparelhado com a foto e com o logótipo. Para tal, é pedido aos participantes que após a apresentação aleatória da foto ou logótipo (exibidos na fase de aprendizagem) se recordem do traço com que estava anteriormente emparelhado. Assim, aquando da apresentação da foto ou logótipo, os participantes carregavam na tecla “enter” assim que se recordassem do traço que havia sido emparelhado com essa foto ou logótipo e no ecrã seguinte (em branco) escreveriam o traço. No caso de não se lembrarem do traço exacto, pedia-se que tentassem adivinhar. Assim que o participante acabasse de escrever o traço deveria carregar de novo na tecla “enter” para finalizar a sua resposta, após o que uma nova foto ou logótipo era apresentada para que o participante recordasse o respectivo par. Completada esta tarefa, a experiência dá-se por terminada, os participantes foram informados do verdadeiro objectivo do estudo, e agradeceu-se a sua participação.

2.2. Resultados

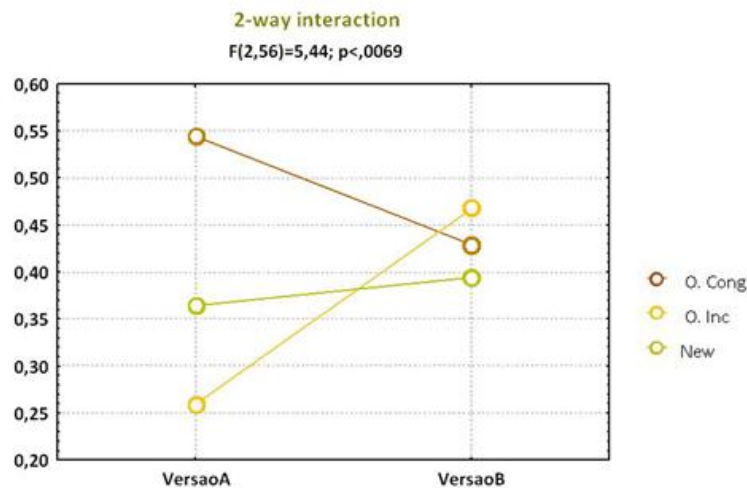
A proporção média de traços correctamente recordados na tarefa de recordação guiada foi usada como medida dependente num ANOVA a 4 factores: 2 (versão) x 3 (tipo de ensaio: antigo congruente vs. antigo incongruente vs. novo) x 2 (tipo de alvo (face vs logo) x2 (tipo de logótipo: abstracto vs. concreto), com medidas repetidas nos últimos dois factores, estando a variável “tipo de logótipo” encastrada no nível “logótipo” da variável “tipo de alvo”.

Esta análise revelou, tal como esperado, um efeito principal do tipo de ensaio ($MSE=0.53$; $F(2, 56)= 3.75$, $p< .05$). Através da realização de contrastes planeados que testam directamente a hipótese, foi possível apurar que não existem diferenças estatisticamente significativas entre a recordação dos traços que estavam associados aos pares novos (ensaios de controlo, $M=.38$) e aos pares antigos incongruentes ($M=.36$; $t(28)= 0.29$, $p= .39$, unilateral), indicando que nos pares incongruentes, apesar do traço ser antigo, este é processado como se fosse novo, sugerindo não houve inferência/transferência do traço. Por outro lado, contrastando os pares antigos congruentes com os *novos e antigos incongruentes*, foi possível concluir que existe de facto uma diferença significativa ($t(28)= 2.95$, $p< .005$, unilateral), no sentido em que há uma maior recuperação dos traços nos pares antigos congruentes ($M= .49$) do que nos novos e antigos incongruentes ($M= .37$), o que nos leva a concluir que, de facto, houve uma reaprendizagem do traço nos ensaios congruentes, mas não nos ensaios incongruentes e novos.

Verificou-se também um efeito de interacção estatisticamente significativo ($MSE=0.77$, $F(2, 56)= 5.44$, $p< .01$) entre o tipo de ensaio e a versão (ver Gráfico 1). É importante recordar que os estímulos apresentados na versão A e B são exactamente os mesmos, sendo que a única diferença entre as versões era a congruência e incongruência dos pares traço-logótipo. Este efeito de interacção revela que o padrão observado no efeito principal de tipo de ensaio se verifica apenas na versão A. Na versão A verificou-se que não existem diferenças estatisticamente significativas ($t(28)= 1.50$, $p=.07$, unilateral) entre a recordação dos traços que estavam associados aos pares novos ($M= .36$) e os pares antigos incongruentes ($M= .26$), o que mais uma vez sugere, que os pares incongruentes, embora sejam antigos foram processados como novos. Desta forma, pode assumir-se que não houve, para os pares antigos incongruentes apresentados na versão A, inferência/transferência de traço. Ao contrastar os pares antigos congruentes com os novos e antigos incongruentes, verifica-se que existe, de facto, uma diferença significativa ($t(28)= 4.52$, $p< .0001$, unilateral), no sentido de uma maior recordação dos traços nos pares antigos congruentes ($M= .54$), do que nos novos e antigos

incongruentes ($M = .31$). Esta evidência leva-nos a concluir que na versão A ocorreu uma reaprendizagem do traço nos ensaios congruentes, mas não nos ensaios incongruentes e novos. O mesmo padrão não se verificou, no entanto, na versão B, onde não se obtiveram diferenças estatisticamente significativas entre os níveis de recuperação nos diferentes pares ($M = .43$, $M = .47$ e $M = .39$ para os pares antigo congruente, antigo incongruente e novo respectivamente, $t(28) = .43$, $p = .3$, unilateral). Também não se verificaram diferenças estatisticamente significativas entre os pares antigos incongruentes e os novos ($t(28) = .92$, $p = .2$, unilateral), nem entre estes (antigos incongruentes e novos) e os antigos congruentes ($t(28) = .03$, $p = .5$, unilateral). Nesta versão não se verificaram diferenças estatisticamente significativas entre os pares, sobretudo devido a um nível de recordação mais elevado dos pares antigos incongruentes ($M = .47$), comparativamente ao observado para os pares incongruentes na versão A ($M = .26$). Uma das hipóteses explicativas para este resultado poderia ser a de que os traços apresentados em pares incongruentes na versão B (e, como tal, os que são os congruentes na versão A) sejam particularmente memoráveis em si mesmos, de tal forma que são sempre particularmente bem recordados, independentemente de serem congruentes ou incongruentes com o logótipo³.

Gráfico 1. Proporção média de traços recordados para cada Tipo de Ensaio em função da Versão



³ Note-se que no presente estudo os traços não foram pré-testados quanto à sua memorabilidade. Ainda que se considere a possibilidade de alguns dos traços apresentados serem particularmente memoráveis, a presença de um logótipo inconsistente com esses traços parece prejudicar a associação desses traços ao alvo. Na verdade, quando os traços são apresentados em pares incongruentes eles são, ainda assim, pior recordados do que quando esses mesmos traços são apresentados - na versão complementar - em pares congruentes.

A presente análise revela ainda um efeito de interação triplo estatisticamente significativo ($MSE = .36$; $F(2, 56) = 5.78$, $p < .005$) entre o tipo de alvo, o tipo de ensaio e a versão. Este efeito permite verificar que as diferenças observadas entre as versões A e B se devem apenas aos ensaios em que o estímulo apresentado é uma foto, mas não quando é um logótipo (ver Tabela 1 e Gráfico 2). No que diz respeito à recuperação dos traços quando o alvo é o logótipo, o que se verifica é que de facto em ambas as versões existe transferência de traços nos pares congruentes mas não nos incongruentes. Na verdade, apesar da recordação dos traços dos pares antigos incongruentes não diferir da dos novos ($t(28) = .44$, $p = .3$, unilateral e $t(28) = .47$, $p = .32$, unilateral, respectivamente para a versão A e para a versão B), a recordação de traços destes pares é inferior à observada nos pares antigos congruentes ($t(28) = 4.7$, $p < .0001$, unilateral e $t(28) = 1.87$, $p < .05$, unilateral, respectivamente para a versão A e para a versão B). Desta forma conclui-se que em ambas as versões ocorreu uma transferência de traços para o logótipo, mas apenas quando esses traços são congruentes com o logótipo (e não quando eles são incongruentes). No que diz respeito ao alvo “face”, obteve-se um padrão diferente, no sentido em que apenas na versão A há evidência de associação do traço ao alvo. Na verdade, a recordação dos traços dos pares antigos congruentes é superior à dos novos e antigos incongruentes apenas na versão A ($t(28) = 3.06$, $p < .005$, unilateral), sendo essa diferença apenas marginalmente significativa na versão B ($t(28) = 1.33$, $p = .09$, unilateral). Diferenças inesperadas são igualmente observadas entre os pares antigos incongruentes e os novos na medida em que, se os dos pares incongruentes são pior recordados que os dos novos na versão A ($t(28) = 1.97$, $p < .05$, unilateral), eles são melhor recordados na versão B ($t(28) = 1.81$, $p < .05$, unilateral). Esta última diferença corresponde à já observada para a interação entre o tipo de ensaio e a versão e poderá levar-nos a supor que os traços que foram apresentados como incongruentes na versão B (e, como tal, os congruentes da versão A) são em si mesmos mais memoráveis, razão pela qual os traços dos pares congruentes na versão A e os dos pares incongruentes na versão B são melhor recordados que os traços dos pares novos⁴. No entanto, esta possibilidade torna o presente padrão de resultados ainda mais impressionante: quando o logótipo que está presente é incongruente com o traço, esse traço não é transferido para o logótipo ainda que seja altamente memorável (isto é, na versão B).

Pode então concluir-se que, quando o alvo é a face, apenas na versão A há uma tendência para que seja feita uma associação do traço à face (e apenas quando o logótipo

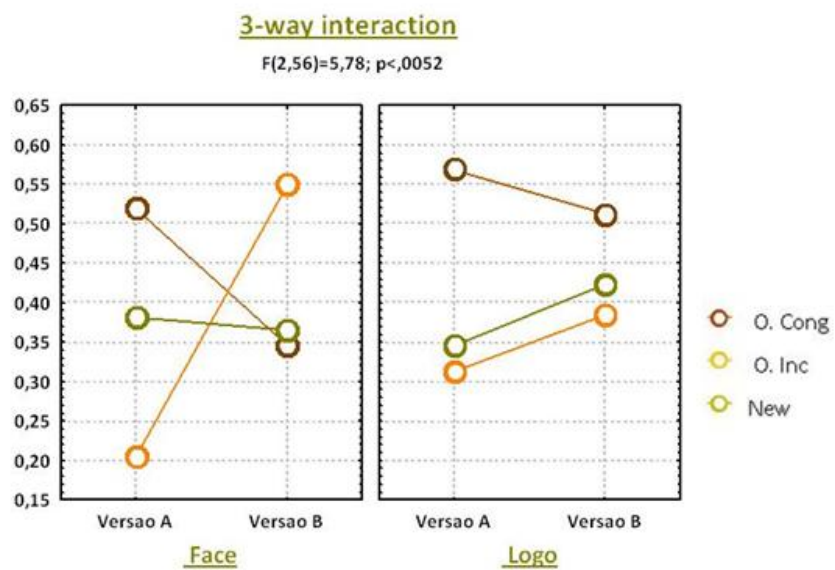
⁴ Repare-se que a congruência/incongruência é definida com base na relação que o logótipo estabelece com o traço, e não entre a face e o traço.

presente é consistente com esse traço). No entanto, quando o alvo é um logótipo há evidência de transferência de traços em ambas as versões desde que esses traços sejam consistentes com o logótipo; quando o logótipo é inconsistente com o traço a transferência desse traço para o logótipo não tem lugar.

Tabela 1. Proporção média de traços recordados para cada Tipo de Ensaio em função da Versão e Tipo de Alvo

Tipo de Ensaio	Versão A		Versão B	
	Face	Logo	Face	Logo
Antigo Congruente	.52	.57	.35	.51
Antigo Incongruente	.20	.31	.55	.38
Novo	.38	.35	.37	.42

Gráfico 2. Proporção média de traços recordados para cada Tipo de Ensaio em função da Versão e Tipo de Alvo



CAPÍTULO III

DISCUSSÃO GERAL E CONCLUSÃO

No presente estudo pretendeu-se estender a pesquisa sobre a STT (e.g., Brown & Bassili, 2002) a situações nas quais o estímulo apresentado com o actor e a informação implicativa de traço consista neste caso, num logótipo. Mais, pretendeu-se averiguar os possíveis limites da transferência espontânea de traços, explorando o papel das expectativas acerca do alvo dessa transferência (ver também Jerónimo, 2007; Wigboldus e tal., 2003).

Os resultados do presente estudo suportam, globalmente, as hipóteses estabelecidas. Quando em presença de um logótipo de uma marca que esteve previamente no contexto de um comportamento implicativo de traço, os participantes recordam melhor os traços implicados por esse comportamento quando o traço é congruente com a expectativa gerada pelo logótipo (sugerindo que esse traço foi inferido a partir do comportamento e transferido para o logótipo) do que traços novos ou traços implicados pelo comportamento mas que são incongruentes com o logótipo (sugerindo que, neste último caso, ou esse traço não foi inferido a partir do comportamento ou, apesar de ter sido inferido, não foi transferido para o logótipo).

Quando comparado com os resultados obtidos por Brown e Bassili (2002), os presentes resultados mostram ser possível constatar que, tal como naquele estudo, os *savings effects* dependem marginalmente do tipo de pista. No entanto, se para Brown e Bassili (2002) a recuperação dos traços era maior quando a pista apresentada era o actor, neste estudo verificou-se que, quando a pista é o logótipo a recordação dos traços vai ser significativamente mais elevada, excepto apenas quando o par é antigo e incongruente ou novo com o traço em questão. Os resultados observados para a recordação do traço associado ao actor do comportamento parecem sugerir que a inferência de traço tenha tido lugar apenas para um dos conjuntos de estímulos utilizados, fazendo com que esse conjunto seja particularmente bem recordado.

Com base no efeito de interacção triplo encontrado entre o alvo da transferência, as versões e os tipos de ensaio, foi possível concluir que quando o alvo é a face, somente na versão A há uma tendência para fazer uma associação do traço à face (mas apenas quando o logótipo é congruente com o traço). Quando o alvo é o logótipo, já se verificou a transferência de traços em ambas as versões, porém, os traços têm que ser consistentes com o logótipo. De outra forma, ou seja, se o logótipo for incongruente com o traço a transferência já não ocorre.

O facto de em uma das versões os traços antigos incongruentes com o logótipo serem melhor recordados do que os traços novos, enquanto que na versão oposta serem os traços congruentes os melhor recordados que os traços novos, leva-nos a supor que alguns dos traços adoptados no presente estudo sejam, em si mesmos, mais memoráveis. Na verdade, recorde-se que os traços que são congruentes numa versão são os traços que na versão oposta são

incongruentes com o logótipo. A possibilidade de haver traços que são espontaneamente inferidos e altamente memoráveis que, no entanto, não são transferidos para o logótipo quando este é incongruente com esses traços, evidencia o potencial poder inibitório das expectativas acerca da marca no processo de transferência de traços para a marca.

Mas a que se deve esta diferença? Esta diferença pode dever-se à memorabilidade de certos traços. Por outras palavras, os traços apresentados como incongruentes na versão B (correspondendo aos congruentes na versão A) podem ser, na realidade, mais memoráveis que outros. É por essa razão que os traços dos pares incongruentes (na versão A) e congruentes (na versão B) são melhor recordados que os pares novos e até mesmo os antigos incongruentes. No entanto, quando o logótipo é incongruente com o traço, esse mesmo traço não fica associado ao logótipo, ainda que este seja altamente memorável. Mas então, se os traços são igualmente memoráveis, porque é que existe transferência para os logótipos e não para as faces? Outro aspecto que pode ajudar a compreender o facto de a transferência só se ter verificado para o logótipo, diz respeito à força do próprio logótipo. Por outras palavras, o logótipo pode ser tão forte que mesmo quando o traço é bastante memorável, o facto de ser incongruente com o logótipo faz com que essa transferência ocorra de qualquer forma. Desta forma, pode concluir-se que houve uma reaprendizagem do par traço-logótipo, tendo então existido uma transferência do traço para o logótipo, provando assim a STT. Por outras palavras, pode dizer-se que à semelhança do estudo dos autores citados, se provou que pode haver transferência de traços não só para pessoas e para objectos inanimados aos quais normalmente não se atribuiriam traços de personalidade, mas também para marcas. O facto de a STT também ocorrer com logótipos demonstra ainda mais que uma significativa parte das associações de traços reveladas pelos *savings* e pelo paradigma da reaprendizagem são formadas na ausência dos processos de percepção das pessoas.

Tomando a explicação oferecida por Carlston e Skowronski (1994) para os *savings effects*, poderá dizer-se que no presente estudo esses efeitos se devem a uma exposição prévia ao par “comportamento implicativo de traço-logótipo” que melhorou a capacidade dos participantes para aprenderem a correspondência “traço-logótipo”. Provavelmente esta associação já tinha sido estabelecida através dos processos de inferência que ocorreram durante a exposição prévia ao comportamento. A possibilidade (igualmente colocada e posteriormente descartada por aqueles autores) dos *savings effects* se deverem ao facto de a capacidade para os sujeitos aprenderem e recordarem os pares ter sido afectada pela recuperação da *ad* original e não pelas inferências de traços passada, é igualmente pouco plausível que tenha ocorrido no presente estudo. Na verdade, poder-se-ia colocar a

possibilidade de, durante a tarefa de aprendizagem ou de recuperação, os participantes poderem ter-se lembrado de partes da *ad* e usarem isso para facilitar a aprendizagem da correspondência dos traços (durante a tarefa de aprendizagem) ou para servir de pistas para a recuperação. No entanto, a existência de uma tarefa de confusão na qual é apresentado um elevado número de frases implicativas de traço (alguns dos quais os mesmos que os implicados pelos comportamentos dos ensaios críticos), torna aquela potencial explicação alternativa pouco plausível no presente paradigma experimental.

Para além de reforçarem dados anteriormente obtidos com o paradigma da reaprendizagem (Carlston e Skowronski, 1994) e sua aplicação ao estudo da transferência espontânea de traços (Brown & Bassili, 2002), o presente estudo oferece um contributo para esta área ao salientar os limites dessa transferência. O facto de ter sido nos pares antigos congruentes que se verificou uma melhor recuperação dos traços, permite-nos concluir que houve reaprendizagem dos traços, e que quando há uma certa coerência entre o logótipo e o traço os sujeitos recordam melhor essa associação. Porém, o facto de o par já ter sido apresentado anteriormente não é, por si só, suficiente para justificar o porquê de os pares antigos congruentes terem sido melhor recordados, uma vez que os pares antigos incongruentes também já tinham sido apresentados e obtiveram o menor nível de recordação. É também de salientar que entre os pares novos e os antigos incongruentes não se verificaram diferenças significativas, o que nos sugere que embora os pares antigos incongruentes tenham sido anteriormente apresentados, estes foram processados como se fossem novos. Então, o que explica essa diferença? Como se explica o facto de se ter verificado uma reaprendizagem dos traços apenas quando os pares são antigos e congruentes? Esta diferença pode ser explicada pela incongruência entre o traço e o logótipo nos pares antigos incongruentes, mais especificamente. Este tipo de mecanismo foi já investigado no contexto da inferência espontânea de traços com base na manipulação da congruência entre o estereótipo social associado ao actor do comportamento e o traço implicado por esse comportamento (Wigboldus et al., 2003).

Os estereótipos associados a categorias sociais são activados automaticamente na presença de um membro dessa categoria (e.g., Devine, 1989; Dijksterhuis & Van Knippenberg, 1996; Von Hippel et al., 1995, citado por Dijksterhuis, Knippenberg e Wigboldus, 2003), mesmo quando a apresentação da informação da categoria não é consciente (e.g. Perdue & Gurtman, 1990 citado por Dijksterhuis, Knippenberg e Wigboldus, 2003). Embora as recentes pesquisas demonstrem que a activação de uma categoria facilita o acesso a traços consistentes com o estereótipo (e.g. Devine, 1989; Dijksterhuis & Van

Knippenberg, 1996; Gilbert & Hixon, 1991; Lepore & Brown, 1997; Macrae, Bodenhausen & Milne, 1995; Macrae, Stangor & Milne, 1994, citado por Dijksterhuis, Knippenberg e Wigboldus, 2003), também foi demonstrado que a activação das categorias inibe o acesso a traços inconsistentes com o estereótipo (e.g., Dijksterhuis & Van Knippenberg, 1995, 1996, citado por Dijksterhuis, Knippenberg e Wigboldus, 2003). Desta forma, Dijksterhuis, Knippenberg e Wigboldus (2003) propõem que ao inibir ou facilitar o acesso a traços específicos, os estereótipos podem impedir ou favorecer o processo de STI. Dijksterhuis, Knippenberg e Wigboldus (2003) e, e verificaram, através do paradigma do Recognition Probe, que os participantes realizam STIs mais fracas quando a informação é inconsistente com o estereótipo. Desta forma, o processo da STI é obstruído quando um *label* inconsistente com a categoria é apresentado. No mesmo sentido, os resultados obtidos no presente estudo, demonstram que também as transferências espontâneas de traço podem ser obstruídas quando são incongruentes com a expectativa acerca do alvo dessa transferência. Mais, o tipo de expectativa induzido no presente estudo não se relaciona com estereótipos sociais, mas sim com a utilização de elementos simbólicos (por exemplo, associados ao grafismo do logótipo, como a utilização do desenho de um cifrão) que potencialmente activam determinado campo semântico (no exemplo, o campo semântico associado a dinheiro/poupança/riqueza).

Também através do efeito de interacção obtido entre o tipo de versão e de ensaio, se verificou que apenas na versão A e somente nos pares antigos congruentes se verificou uma reaprendizagem/transferência dos traços. Mas porquê apenas na versão A? Como já foi anteriormente referido, o nível de recordação dos pares antigos incongruentes foi mais elevado na versão B que na A, fazendo com que a diferença nos níveis de recordação dos traços entre os ensaios da versão B fosse menor. Esta evidência pode ajudar a explicar o destaque da versão A, no qual os níveis de recordação se encontram mais dispersos. Por outro lado, podem existir traços mais memoráveis que outros. Ora, se alguns traços são mesmo mais memoráveis que outros, independentemente de serem congruentes (na versão A) ou incongruentes (na versão B) com o traço, vão ser melhor recordados. Logo, faz sentido que os níveis de recordação dos traços nos pares congruentes (da versão A) e dos incongruentes (na versão B) sejam semelhantes. Este aspecto só por si, justifica o porquê de esse traço ser mais recordado na versão A como sendo congruente com o traço e na versão B mesmo que seja incongruente com o traço. Outra possibilidade que também deve ser tida em conta, concerne os efeitos de material ao nível do emparelhamento dos logótipos com os traços. Quer isto dizer que a congruência ou incongruência dos logótipos com os traços não foi pré-testada, logo pode não corresponder exactamente à opinião dos participantes em geral.

De uma forma geral, os resultados obtidos foram os esperados, verificando-se a existência de transferência de traços de personalidade para marcas. E tal como se pretendia, também foram demonstrados os limites da STT, ao provar que, se os traços forem congruentes com os logótipos, então o processo de transferência pode ocorrer.

Linhas de investigação futuras

Estudos futuros deverão introduzir controlos adicionais do material experimental. Nomeadamente, o grau de memorabilidade dos traços deverá ser pré-testada, bem como a congruência/incongruência dos logótipos com os traços, possibilitando o controlo estrito de variáveis que poderão afectar a memorabilidade dos traços para além das variáveis teóricas de interesse. Neste sentido, sugere-se que em estudos posteriores seja pré testada o emparelhamento dos logótipos com o traços. Estudos futuros deverão incluir também uma condição de controlo na qual os ensaios críticos sejam neutros, e vice-versa. Uma vez que se verificou que a força do logótipo pode inibir a transferência do traço para a face, seria também interessante averiguar se no caso de o traço for incongruente com a face, a informação para o logótipo também seria inibida.

Outros aspectos merecem ainda investigação adicional. O presente estudo demonstra a possibilidade de serem criadas associações de traços de personalidade às marcas a partir da mera presença de comportamentos implicativos de traço. No entanto, a possibilidade permanece que essa associação prevaleça apenas durante um breve período de tempo e, nesse caso, essa associação em pouco contribuiria para o desenvolvimento de uma personalidade estável da marca. Assim, estudos futuros deverão manipular o intervalo de tempo que medeia entre o estabelecimento da associação traço-marca e a medida da existência dessas associações. Um outro aspecto relevante para a construção da personalidade das marcas consiste na utilização, em investigações futuras, de marcas reais acerca das quais possuímos já expectativas desenvolvidas e bem estabelecidas. A questão da possibilidade de tipo de expectativas inibir a transferência de traço aumentará a validade ecológica deste tipo de investigação.

Duas outras questões poderão ser particularmente relevantes para a compreensão do processo de transferência espontânea de traços. Uma primeira questão diz respeito à espontaneidade dessa transferência e sua respectiva inibição. Apesar do presente paradigma assegurar que essa transferência (e, eventualmente, a sua inibição) é não intencional, estudos futuros que manipulem a quantidade de recursos cognitivos disponíveis para o processamento

da informação poderão oferecer apoio adicional à natureza espontânea destes processos. Finalmente, linhas futuras de pesquisa poderão incidir sobre os “limites dos limites da transferência espontânea de traços”. Isto é, será que outras variáveis, nomeadamente as associadas ao actor do comportamento, poderão contribuir para que a inibição da transferência de traço seja contornada? Nomeadamente, a utilização de actores de comportamentos que consistam em celebridades ou em personagens particularmente semelhantes e/ou próximas do percipiente, poderá eventualmente anular o efeito da expectativa desencadeada pela marca.

Outra sugestão para estudos posteriores prende-se com o emparelhamento do tipo de logo com a sua valência, isto é, neste estudo os logótipos abstractos quando são congruentes são sempre positivos e quando são incongruentes são sempre negativos. Em futuros estudos seria interessante, ter um conjunto de estímulos mais bem controlados, onde até fosse possível manipular a sua valência.

Concluindo, este estudo introduz novos resultados na literatura sobre a STT. Para além de ficar demonstrado que a transferência de traços pode ocorrer, não só para “*bystanders*” ou objectos inanimados, mas também para marcas, este estudo vincula também a possibilidade de o processo de transferência, apesar de ser espontâneo, poder ser inibido. Inibição essa que decorrerá de uma inconsistência entre o traço e a expectativa activada pela marca. A compreensão do modo como a transferência de um traço pode ocorrer para uma marca, bem como do modo como este pode ser inibido, constitui uma importante contribuição para os estudos sobre a construção da personalidade. Desta forma, usando este conhecimento, é possível escolher a celebridade mais apropriada para associar a uma marca, partindo do princípio que os traços de personalidade dessa celebridade podem ser transferidos e ficar associados à marca em questão.

REFERÊNCIAS

- Aaker, D.A, Batra, R., Myers, J. G (1992), Advertising Management, 4th ed, Prentice-Hall, Englewood Cliffs, NJ
- Azoulay, A. & Kapferer, J-N. (2004). Do brand personality scales really measure brand personality? *Journal of Brand Management*, 4, 1-16.
- Brown, R., & Bassili, J. (2001). Spontaneous Trait Association and the Case of the Superstitious Banana. *Journal of Experimental Social Psychology*, 38, 87-92.
- Carlston, D. E., & Skowronski, J. J. (1994). Savings in the relearning of trait information as evidence for spontaneous inference generation. *Journal of Personality and Social Psychology*, 66, 840-856.
- Carlston, D. E., Skowronski, J. J., & Sparks, C. (1995). Savings in relearning: II. On the formation of behavior-based trait associations and inferences. *Journal of Personality and Social Psychology*, 69, 420-436.
- Devine, P. G. (1989). Stereotypes and prejudice: Their automatic and controlled components. *Journal of Personality and Social Psychology*, 56, 5–18.
- Dijksterhuis, A., & van Knippenberg, A. (1996). The knife that cuts both ways: facilitated and inhibited access to traits as a result of stereotype activation. *Journal of Experimental Social Psychology*, 32, 271–288.
- Fiske, S.T. (1998). Stereotypes, prejudice, and discrimination. In D.T. Gilbert, S. Fiske, & G. Lindzey (Eds.), *Handbook of social psychology* (4th ed., Vol. 2, pp. 357-411). New York: McGraw-Hill.
- Jerónimo, R., (2007). The Secret Life of Incongruency: from Trait Inference to Trait Inhibition in Impression Formation. Tese de Doutoramento não publicada, em Psicologia Social, ISCTE, Portugal.
- Schneider, W., Eschman, A., & Zuccolotto, A. (2002). *E-Prime user's guide*. Pittsburgh, PA: Psychology Software Tools.
- Skowronski, J. J., Carlston, D. E., Mae, L., & Crawford, M. T. (1998). Spontaneous trait transference: Communicators take on the qualities they describe in others. *Journal of Personality and Social Psychology*, 74, 837-848.

- Todorov, A., & Uleman, J. S. (2002). Spontaneous trait inferences are bound to actors' faces: Evidence from a false recognition paradigm. *Journal of Personality and Social Psychology, 83*, 1051-1065.
- Todorov, A., & Uleman, J. S. (2003). The efficiency of binding spontaneous trait inferences to actors' faces. *Journal of Experimental Social Psychology, 39*, 549-562.
- Uleman, J. S., Hon, A., Roman, R., & Moskowitz, G. B. (1996a). On-line evidence for spontaneous trait inferences at encoding. *Personality and Social Psychology Bulletin, 22*, 377-394.
- Uleman, J. S., Newman, L. S., & Moskowitz, G. B. (1996b). People as flexible interpreters: Evidence and issues from spontaneous trait inference. *Advances in Experimental Social Psychology, 28*, 211-279.
- Van Overwalle, F., Drenth, T., & Marsman, G. (1999). Spontaneous trait inferences: Are they linked to the actor or to the action? *Personality and Social Psychology Bulletin, 25*, 450- 462.
- von Hippel, W., Sekaquaptewa, D., & Vargas, P. (1995). On the role of encoding processes in stereotype maintenance. In M. P. Zanna (Ed.), *Advances in experimental social psychology* (vol. 27, pp. 177-253). San Diego, CA: Academic Press.
- Wigboldus, D. H. J., Dijksterhuis, A., & van Knippenberg, A. (2003). When stereotypes get in the way: Stereotypes obstruct stereotype-inconsistent trait inferences. *Journal of Personality and Social Psychology, 84*, 470-484.

ANEXO

1. Selecção do material de construção dos conjuntos de estímulos

1.1. Traços e ads seleccionadas

Divertida

1. Eu sou uma pessoa que adoro rir e fazer rir os outros. Acho que das coisas que mais gosto é de ouvir uma pessoa a rir mesmo com vontade. É contagiante. Acho que a vida tem que ser levada assim.
2. Eu gosto de sair, de estar com os amigos, de contar e ouvir anedotas e de rir. Às vezes riu-me tanto que até me fica a doer a barriga.

Frontal

1. Eu acho que se existe alguma coisa para dizer a alguém, que se deve dizer directamente, e não pelas costas. Não gosto nada quando as pessoas me querem dizer alguma coisa, e andam ali às voltas e não dizem nada...
2. Eu não tenho papos na língua. Quando tenho alguma coisa para dizer, digo. Tento não ofender ou magoar ninguém, mas digo. Não gosto de dizer as coisas pelas costas das pessoas, prefiro dizer directamente à pessoa.

Distraída

1. Eu sempre fui uma cabeça no ar. Qualquer coisa me chama a atenção. Às vezes atravesso a rua sem olhar, e só reparo quando alguém apita. Sempre tive dificuldade em concentrar-me por muito tempo numa coisa.
2. Para mim, é muito fácil dispersar-me, às vezes nem sei onde estou com a cabeça. Qualquer coisa me desconcentra.

Forreta

1. Detesto ter que gastar dinheiro. Quando ofereço uma prenda a alguém procuro sempre que seja barata. Não gosto nada daqueles jantares em que se divide a conta por todos, porque fico sempre a perder, e acabo por pagar coisas nas quais nunca gastaria dinheiro.
2. Não gosto nada de emprestar dinheiro às pessoas, já sei que depois nunca pagam, e eu é que fico mal. Parece que pensam que o dinheiro cai do céu. Só gasto dinheiro quando é mesmo preciso, e mesmo assim....

Solitária

1. Eu não tenho muitos amigos, nunca tive, passo muito tempo sozinho/a, quando saio da escola/trabalho vou logo para casa. Sim, às vezes era bom sair com alguém, mas... também é bom estar só.
2. Eu sou daquelas pessoas que passa muito tempo sozinha/o. Nunca tive muitos amigos, habituei-me a fazer as coisas sozinha/o. E sinceramente nem desgosto.

Sociável

1. Sempre gostei muito do contacto com as outras pessoas, gosto de estar sempre a conhecer pessoas novas, a conversar e com isso aprendemos coisas novas. É bom conhecer sempre alguém onde quer que vamos. Gosto de pessoas, de estar com elas.
2. Eu sou daquelas pessoas que gosta de estar em contacto com as pessoas, conhecer pessoas novas, conversar com pessoas diferentes. Gosto de pessoas.

Conservadora

1. Eu gosto das coisas como se faziam antigamente, e acho que há coisas que se deviam manter. Hoje em dia, já não há respeito pelos mais velhos, as pessoas fazem o que querem. Dantes não era nada assim.
2. Agora as coisas são muito diferentes, dantes não era nada assim. Há umas modernices que não percebo, perdeu-se muita coisa com o passar do tempo.

Aventureira

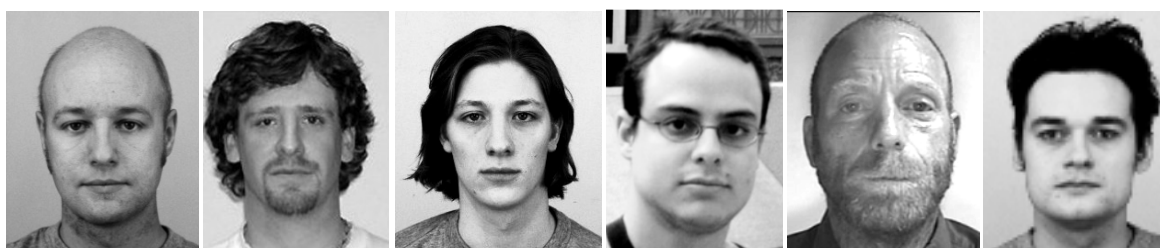
1. Eu gosto de experimentar coisas diferentes. Gosto da adrenalina, de fazer coisas novas, de correr riscos, visitar países com muita natureza e animais selvagens. E andar por aí, a explorar.
2. Gosto de sentir a adrenalina, da excitação do desconhecido, descobrir sítios novos, experimentar coisas novas, que nunca fiz, ir onde nunca fui..

1.2. Fotografias

1.2.1. Fotos para os ensaios críticos



1.2.2. Fotos para a Tarefa Distractoras



1.3. Logótipos

1.3.1. Logótipos Abstractos



vixen

← Opposites →

Brooke Adler inc.

Fresh Design

1.3.2. Logótipos concretos



Top Hat

Chocolate Delight

Foot Print



Icy & Sweet



















Forbidden Fruit



Miss Burger

2. Congruência e Incongruência dos logótipos com os traços implicados pelas ads

Tabela 1 - Congruência e Incongruência dos Logótipos com os Traços Implicados pelas ads

		Versão A		Versão B
Divertido	Cong.		Incong.	
Distraído	Incong.		Cong.	
Conservador	Incong.		Cong.	
Sociável	Cong.		Incong.	
Solitário	Cong.		Incong.	
Aventureiro	Incong.		Cong.	
Frontal	Incong.		Cong.	
Forreta	Cong.		Incong.	

**CURRICULUM
VITAE**